Banespa oculta operação irregular de Moreira

Banco não informou à CPI do Orçamento que perdoou durante o governo Quércia dívida de US\$ 300 mil de um financiamento obtido pelo deputado entre 1987 e 1988 e assumiu prejuízo

KÁSSIA CALDEIRA

Banespa sonegou à CPI do Orçamento a principal operação financeira feita pelo deputado federal

Manoel Moreira (PMDB-SP), em conjunto com seu sócio Nivaldo Camilo de Campos. Documentos obtidos com exclusividade pelo Estado revelam que em 1989 o Banespa perdoou US\$ 300 mil correspondentes a 64% de uma dívida que o deputado, ligado ao ex-governador Orestes Quércia, contraiu no banco entre 1987 e 1988. O abatimento, feito na gestão de Quércia, foi registrado na

contabilidade do Banespa como prejuízo — crédito em liquidação. A dívida era de US\$ 470 mil e o sócio do deputado e avalista da operação pagou US\$ 171,5 mil, 36% do total A fórmula de cálculo usada para quitação do

emprestimo foi considerada uma operação financeira irregular por auditoria do próprio banco.

Os poucos dados referentes à movimentação financeira de Manoel Moreira no Banespa que chegaram à CPI comprovam as reportagens publicadas pelo Estado mostrando que o deputado conseguiu evitar, com ajuda de seus afilhados políticos que ocupam cargos importantes banco, a chegada das informações à CPI. A operação que preservou o fluxo registrado nas contas de Moreira contou ainda com a ajuda de apadrinhados da irmã de Quércia,



DIRETOR

IGNOROU

PARECER

TÉCNICO

Maria Alice Quércia, que também trabalham no Banespa. O principal deles é o diretor de operações (Dirop-4), Gilberto Rocha da Silveira Bueno, responsável no banco por toda a região

de Campinas, base eleitoral de Moreira, e membro da executiva do PMDB da cidade.

Bueno, entre outros documentos, assinou em 7 de março de 1991, um "de acordo" no pedido de exclusão dos nomes de Manoel Moreira e Nivaldo Camilo de Campos da lista negra do Banespa. O diretor de operaçãoes justificou seu parecer alegando que Moreira como deputado

federal mantinha saldo médio de CR\$ 266 milhões, em março de 91. "Considerando a rentabilidade das contas paralelas sob influência de Moreira, sua importância e influência na região de Campinas que se transportava para o

cenário nacional, manifestamos o nosso pleno de acordo, mesmo porque no acerto com o banco tempos atrás, houve um acordo entre as partes", explicou o parecer.

O deputado federal José Dirceu (PT-SP), candidato do partido ao governo do Estado, deverá reiterar hoje à CPI pedido para que o Banco Central realize diligência no Banespa. Dirceu acredita que o Ministério Público de São Paulo (MP) também deve fazer uma investigação no banco. Os documentos sobre as operações irregulares foram obtidos pelos deputados José Dirceu (federal) e

Campinar, 25 de Fevereiro de 1391.

ADIROP 4

REF.: MANOEL A MRIRA DE ARAUJO "ILIO LÍC: 481.735.408-44

NIVALDO CAMILO CAMPOR

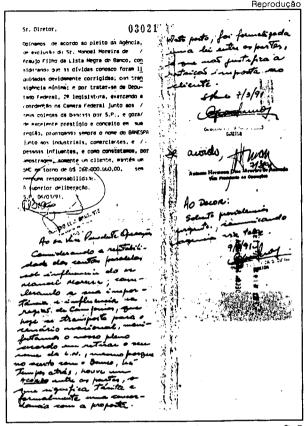
Solicitamos autorizacio para acciuna: Linta Megra do Banespa, as persosa acima mencionalos, tende intro que a operação efectuada em nome de Manosi Moraira de Abaujo Filho, com aval de Mirvaldo Camilo Campos. (ci. liquidada e riera de composição de dívi da, devidamente autorizada pela Direjotib.

Tal solicitação juntifica-se por se impart de pessoas de relevan te expressão regional e ascional.

Atentical familia de pessoas de relevan e expressão regional e ascional.

Parecer de DIROP 4

Parecer de DIROP 4



Documento pelo qual foi concedido o abatimento: o parlamentar foi considerado "de relevante expressão"

Lucas Buzato (estadual), ambos do PT de São Paulo, que fizeram um levantamento junto às agências do Banespa de Campinas, onde as operações foram realizadas.

Dirceu argumenta que estes documentos, que vai entregar hoje à CPI, provam as suspeitas de que o Banespa sonegou informações à comissão, sob o pretexto de que os empréstimos foram feitos antes de 1989. De acordo com o parlamentar petista, o banco escondeu da CPI que "fez uma doação de US\$ 300 mil para Manoel Moreira." Ainda segundo o parlamentar, os documentos mostram que o empréstimo foi renovado em 1989 e portanto o Banespa deveria ter fornecido os dados à CPI. O Banespa informou ontem por meio de sua assessoria de imprensa que respondeu as solicitações da CPI nos oficios 242, 264 265, 267, 268, e 282, encaminhados ao Banco Central, que os repassou à comissão. Em nenhum desses oficios aparece o perdão concedido à dívida de Moreira e de seu sócio. Segundo a assessoria do Banespa, no dia 26 de novembro, o presidente do Banco, Murilo Macedo, chegou a conversar com o deputado federal Benito Gama (PFL-BA) e afirmou havia mandado todos os documentos que possuía.

Parte do dinheiro que Moreira e Nivaldo conseguiram no Banespa foi concedida a título de empréstimo para o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Iepes), do qual o parlamentar é sócio. O Iepes conseguiu receber o financiamento sem ter ficha cadastral.

O deputado e seu sócio quase conseguiram o perdão total da dívida. Em parecer apresentado numa reunião do Comitê Pleno de Crédito do Banespa, em 3 de maio de 1989, quando Moreira e Nivaldo estavam com os pagamentos atrasados há mais de um ano, o diretor da região de Campinas atestou que a ficha cadastral do sócio de Moreira, Nivaldo Camilo de Campos, era ótima e propôs a liquidação do (lébito. Acabou aceitando abatimento de US\$ 300 mil, dado contra parecer dos técnicos do banco, e suficiente para a construção de 500 casas populares.